



PODER

Taxação dos super-ricos é vitória “moral”, diz Haddad

Para ministro da Fazenda, debate sobre criação de um dispositivo internacional de tributação de grandes fortunas é o reconhecimento pelo G20 de que existe um desequilíbrio que pune as camadas mais pobres da sociedade

» RAFAELA GONÇALVES

Depois de quase dois anos e meio sem acordos, os ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G20 chegaram a um consenso para uma declaração final do grupo — que reúne as 19 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. O encontro, encerrado ontem, no Rio de Janeiro, resultou na assinatura de três documentos, incluindo um acordo de cooperação internacional para a taxaçaõ dos super-ricos.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma cooperação global para a criação de um sistema que tribute os bilionários do planeta é uma “conquista moral”. Embora considere que houve um avanço histórico, ele reconhece que a implementação da taxaçaõ é lenta — tanto que lembrou do pilar 1 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relacionado à taxaçaõ de grandes multinacionais, que está em discussão há quase uma década nos fóruns mundiais.

“Do ponto de vista moral, é muita coisa as 20 nações mais ricas do mundo considerarem que temos um problema, que é a tributação ser progressiva sobre os pobres e não sobre os ricos — o que é uma distorçaõ completa”, disse Haddad.

A inclusão da taxaçaõ dos super-ricos no texto final foi negociada ao longo da semana. O formato de comunicado foi a alternativa para evitar que países contrários à medida vetassem a mençaõ à tributação na declaraçaõ final do encontro dos ministros.

Padrão global

O documento não abrange a proposta do Brasil de criar um imposto de 2% sobre os super-ricos. Mas demonstra a intençaõ dos países em “eleger um padrão global de taxaçaõ sobre os multimilionários”, com o objetivo de financiar ações urgentes pelo clima e combater a desigualdade. O texto classifica como alvo da tributação os “indivíduos com patrimônio líquido ultra-alto”.

O Brasil conseguiu o apoio de França, Espanha, Colômbia e

Do ponto de vista moral, é muita coisa as 20 nações mais ricas do mundo considerarem que temos um problema, que é a tributação ser progressiva sobre os pobres e não sobre os ricos — o que é uma distorçaõ completa”

Ministro Fernando Haddad, da Fazenda

União Africana à proposta. Houve oposição da secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, e do ministro alemão das Finanças, Christian Lindner. Apesar de um relatório encomendado pelo G20 ter demonstrado que a taxaçaõ dos super-ricos poderia arrecadar entre US\$ 200 bilhões e US\$ 250 bilhões, os dois países têm criticado a eficácia da tributação.

Segundo Haddad, o saldo da reunião é apenas o “início de um processo, que não terá seu destino definido por um governo”. “Se a ideia é ganhar público na sociedade civil, sobretudo diante da crise climática e da desigualdade no mundo, ela vai se viabilizar. Só o fato de constar em uma declaraçaõ do G20, é uma coisa que garanto que poucos imaginavam possível”, observou.

O ministro disse, ainda, que embora uma implementaçãõ global do imposto esteja longe de se concretizar, os países podem tomar “providências domésticas” para corrigir as distorções tributárias. Ele mencionou a Espanha e a Itália, que se anteciparam ao pilar 1 da OCDE.

“Podem ser tomadas ações individuais nesse sentido. Quanto mais pobre, mais se paga impostos. Isso é quase uma regra. No Brasil, só a reforma tributária que está sendo encaminhada é capaz de mudar essa realidade”, salientou.

Diogo Zacarias/MF



Haddad e Yellen assinam o acordo. Estreitamento de laços avança em iniciativas relacionadas aos efeitos das mudanças climáticas

Brasil e EUA se unem pelo clima

Brasil e Estados Unidos firmaram, ontem, um acordo bilateral de cooperação climática, no último dia do encontro de ministros do G20. A parceria foi firmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pela secretária do Tesouro norte-americano, Janet Yellen. Por sinal, as preocupações relacionadas aos efeitos das mudanças no clima notaram as discussões do dia.

A parceria Brasil-EUA está alicerçada em quatro pilares: impulsionar a cadeia de fornecimento de energia limpa; apoiar esforços para aumentar a integridade e efetividade do mercado

de carbono voluntário; mobilizar finanças e desenvolver soluções inovadoras para conservar e restaurar florestas e a biodiversidade; e facilitar o acesso de países a fundos climáticos multilaterais.

Haddad ressaltou a vontade dos dois países de “estrear laços”. “A política não é feita só de números. É feita de símbolos também. Escolhemos uma área decisiva para estreitarmos essas relações e comunicarmos o desejo de cooperação mútua entre os nossos dois países”, salientou.

Investimento

No documento, Brasil e EUA

prometem trabalhar juntos para, entre outros objetivos, desenvolver políticas que atraiam investimento privado para a diversificação de cadeias de produção globais e, também, financiar a pesquisa e a fabricação de equipamentos de energia renovável, hidrogênio de baixo carbono e biocombustíveis.

“Essas diretrizes vão se transformar em ações concretas muito rapidamente. Nosso interesse também é envolver o setor privado nos dois países para estimular investimento em matriz mais limpa e transição sustentável, com foco em questões sociais”, explicou Haddad.

Yellen, por sua vez, afirmou que desde o início do governo do presidente Joe Biden, os EUA vêm buscando maior aproximação e cooperação com o Brasil. Enfatizou que os dois países têm agendas complementares e “compartilham o compromisso com o desenvolvimento sustentável”. A secretária do Tesouro mencionou as enchentes no Rio Grande do Sul, em abril e maio.

“Foi uma das muitas tragédias recentes que revela a responsabilidade que as mudanças climáticas e a perda da natureza e da biodiversidade impactam na vida das cidades e economias no mundo”, advertiu. (RG)

Geopolítica fica fora das resoluções do grupo

Isabela Castilho/G20



Documentos finais não expõem divergências sobre as guerras entre Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas

Os três documentos que resultaram da 3ª reunião de ministros de Finanças e presidentes dos bancos centrais de países do G20 tiveram o cuidado de deixar de fora questões relacionadas à geopolítica. Isso porque há profundas divergências entre os integrantes do grupo a respeito dos conflitos na Ucrânia, que foi invadida pela Rússia, e Israel contra o grupo terrorista Hamas.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o “G20 tomou uma decisão sãbia nessa reunião, que foi colocar os temas geopolíticos no lugar de cooperação. Do meu ponto de vista, se a solidariedade internacional não ganhar força, os riscos geopolíticos vão aumentar”.

Os textos foram divididos da seguinte forma: o primeiro é um

comunicado amplo, que abarca assuntos da economia global; o segundo é uma declaraçaõ de cooperação em tributação internacional; e o terceiro é um documento que trata de questões geopolíticas, porém sem aprofundá-las — foi assinado apenas pelo Brasil, que ocupa a presidência rotativa do G20.

Ecologia e governança

Os documentos citam, ainda, a ampliaçaõ do financiamento para a transição ecológica e a reforma e o fortalecimento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs na sigla em inglês). Os ministros destacaram, também, a necessidade de lidar com a dívida de países pobres, especialmente os da África, e a necessidade de reformar a governança financeira global.

“É considerado por nós uma vitória do Brasil e da comunidade internacional após alguns anos, sem um único documento completo, seus 35 parágrafos adotados de maneira consensual. Incorpora os entendimentos das mais importantes áreas da economia mundial. Trabalhar para sistemas tributários mais transparentes, justos e equitativos, inclusive ao que se refere aos ultra-ricos, que devem contribuir para sociedades mais igualitárias e sustentáveis na medida do seu potencial contributivo”, celebrou Haddad.

A quarta e última reunião financeira da atual edição do G20 ocorrerá em Washington, em outubro. Na avaliação do ministro da Fazenda, “o caminho está pavimentado para o Brasil celebrar [com conquistas] o fim de sua presidência”. (RG)